

# FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES INDÍGENAS TICUNAS

## INITIAL TRAINING OF TICUNA INDIGENOUS TEACHERS

**Neidemara Araújo de Souza**

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9175254377525079>

Email: [souzaneidemara@gmail.com](mailto:souzaneidemara@gmail.com)

**Maria Christine Berdusco Menezes**

Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6121001403189549>

Email: [mcbmenezes@gmail.com](mailto:mcbmenezes@gmail.com)

**Resumo:** O objetivo do presente texto é verificar a formação inicial, em nível superior, dos professores indígenas Ticunas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental e que apresenta dados numéricos de levantamentos feitos junto às Secretarias Municipal e Estadual de Educação do estado do Amazonas, apresentando o quantitativo de professores indígenas Ticunas com formação inicial superior no município de Santo Antônio do Içá, Amazonas, a fim de avaliar a necessidade de investimentos nessa área que atenda aos anseios dos povos indígenas e das legislações vigentes. A pesquisa mostrou que a formação dos professores indígenas nesse estado iniciou-se de forma sistemática a partir dos anos de 1990 por meio de programas, projetos e organizações dos movimentos indígenas. Entretanto, na atualidade, os dados mostram que mais de 85% dos professores indígenas Ticunas não possuem formação inicial, em nível superior, e se encontram em salas de aula. Isso denota a necessidade de maiores investimentos financeiros e pedagógicos para ampliar e melhorar a formação bem como das práticas pedagógicas com vistas a uma educação escolar indígena de qualidade.

**Palavras-chave:** Formação inicial de professores indígenas. Povo Ticuna. Educação escolar indígena.

**Abstract:** The objective of this text is to verify the initial higher education training of indigenous Ticuna teachers. This is a bibliographic and documentary research that presents numerical data from surveys conducted with the Municipal and State Departments of Education of the state of Amazonas, presenting the number of indigenous Ticuna teachers with initial higher education in the municipality of Santo Antônio do Içá, Amazonas, in order to assess the need for investments in this area that meet the desires of the indigenous peoples and the current legislation. The research showed that the training of indigenous teachers in this state began systematically in the 1990s through programs, projects and organizations of indigenous movements. However, currently, the data show that more than 85% of indigenous Ticuna teachers do not have initial higher education training and are working in classrooms. This indicates the need for greater financial and pedagogical investments to expand and improve training as well as pedagogical practices with a view to providing quality indigenous school education

**Keywords:** Initial training of indigenous teachers. Ticuna people. Indigenous school education

## Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a formação inicial dos professores indígenas Ticuna da região do Alto Solimões. Trata-se de um estudo teórico desenvolvido no Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais, Formação de Professores, Ação Docente e Educação Escolar Indígena (GPEFEI) durante a pesquisa de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM).

A partir da prática desenvolvida na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEDC), no ano de 2020 foi possível se verificar que, nas escolas indígenas das Terras Indígenas Ticunas do município de Santo Antônio do Içá, Amazonas, há grande necessidade de formação inicial dos professores indígenas, uma vez que a imensa maioria possui, ainda, somente o ensino fundamental ou médio e há casos em que o professor é formado em uma área e atua em área diferente, além da necessidade de melhor formação e aperfeiçoamento para se ensinar a língua Ticuna.

A formação inicial dos professores indígenas se torna um grande desafio. Na história da educação brasileira, a população indígena passou a ter, oficialmente, formação específica de professores indígenas a partir dos anos de 1990 com a criação da categoria de escola indígena (Brasil, 1994), que visa a uma formação que valorize os saberes indígenas, as práticas pedagógicas interculturais e os modos próprios de aprendizagem dos indígenas (Menezes, Faustino, Novak, 2021).

Com a promulgação da Constituição de 1988 que normatizou os direitos dos povos indígenas, entre eles o direito de utilizar a língua materna e os processos próprios de aprendizagem, uma vasta legislação foi sendo aprovada, entre elas, pareceres e diretrizes para a formação de professores indígenas, sendo a primeira Diretriz para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena publicada em 1994, três anos após o Ministério da Educação ter assumido essa modalidade. Destaca-se, neste estudo, o parecer 14, de 1999, em que se analisou que havia muitos professores indígenas sem a formação convencional em magistério ou no ensino superior, esses professores indígenas tinham o domínio dos conhecimentos da cultura, porém sem a formação acadêmica. Garantiu-se, a partir desse parecer, a aprovação da segunda diretriz para o funcionamento das escolas indígenas, com a garantia de que “A formação dos professores das escolas indígena será específica, orientar-se-á pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e será desenvolvida no âmbito das instituições formadoras de professores” (Brasil, 1999).

Atualmente, a formação de professores indígenas tem respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de educação superior e de ensino médio, aprovadas em 2015. Garante-se que a formação inicial ocorra em serviço com o objetivo de formar docentes e gestores indígenas para atuarem na educação escolar indígena, na elaboração de projetos políticos pedagógicos, currículos interculturais, práticas pedagógicas que valorizem os saberes tradicionais e culturais e que possam contribuir para a elaboração de materiais didáticos bilíngues (Brasil, 2015).

Nesse sentido, após 30 anos da aprovação da primeira diretriz e subsequente à aprovação de outras legislações que garantem uma política educacional específica aos povos indígenas, o texto que segue tem como ênfase verificar sobre o processo de formação inicial dos professores indígenas Ticunas do município de Santo Antônio do Içá, no estado do Amazonas, AM.

As abordagens da pesquisa são qualitativas e quantitativas, o que oportunizou a compreensão dos conceitos, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes transmitidos e contemplados nos textos científicos, nas legislações, nas políticas e nas ações dos sistemas responsáveis pela educação escolar indígena do município de Santo Antônio do Içá (Oliveira, 2004). Teve-se como metodologia o levantamento bibliográfico e documental sobre a formação de professores indígenas Ticuna no estado do Amazonas.

O texto organiza-se em duas partes: primeiramente o histórico de formação do povo Ticuna a fim de se compreender os sujeitos envolvidos no processo, sua cultura e especificidade, aspectos essenciais para a viabilização da formação de professor; a segunda parte contempla o processo de formação inicial de professores indígenas Ticuna do município de Santo Antônio do Içá, no estado do Amazonas, desde os anos de 1990, em que se aprovou a primeira diretriz em que consta que “[...] é imprescindível e urgente, dado que a escola indígena deve ser intercultural, bilíngue, específica

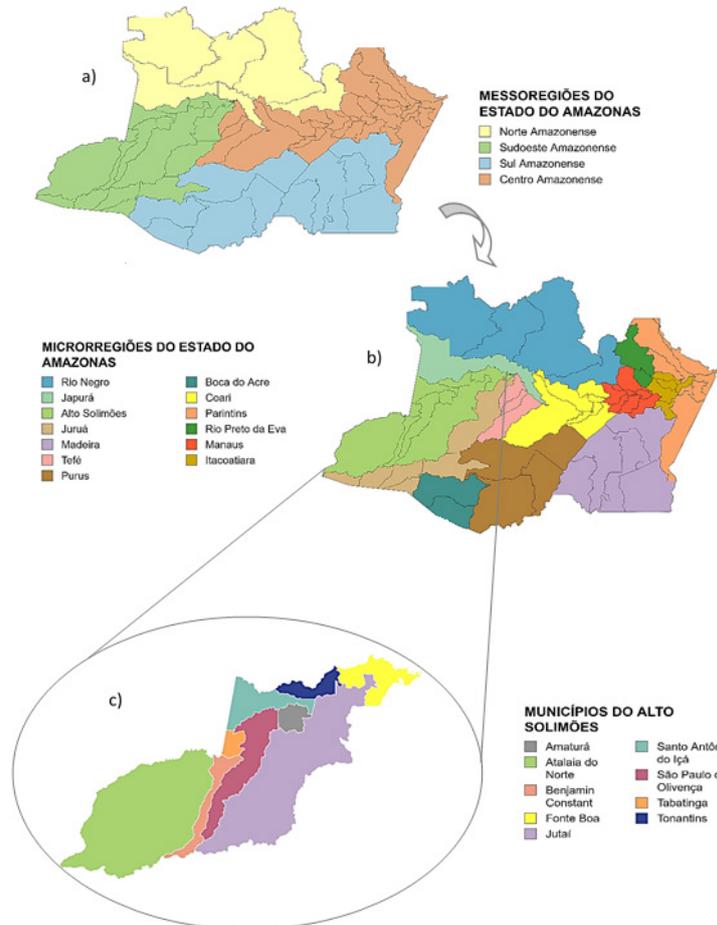
e diferenciada, que se criem condições necessárias para a formação especializada de índios como professores” (Brasil, p. 21, 1994).

## Contextualizando o Povo Ticuna no Estado do Amazonas

O estado do Amazonas situa-se na região Norte, o maior em expansão territorial e cultural no país. Segundo dados do IBGE de 2022, abrange uma população de 3.941.613 milhões de pessoas, sendo que 490.935 mil são indígenas, correspondendo a 12,46% da população amazonense. É o estado com a maior população indígena, seguido da Bahia e do Mato Grosso do Sul. O levantamento desses dados representa que há necessidade de planejamento de políticas públicas no atendimento aos povos indígenas, considerando o direito garantido na Constituição de 1988 que reconhece, aos indígenas, “[...] sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” e assegura a “[...] a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Brasil, 1988).

O estado possui 68 povos indígenas com diferentes formas de organização sociocultural, distribuídos nas mesorregiões do estado. O povo Ticuna está presente em três países: Brasil, Peru e Colômbia. No Brasil, conforme dados da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai, 2023), totaliza 72.181 mil pessoas indígenas Ticuna, distribuídas na microrregião do Alto Solimões: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa, conforme demonstra a figura abaixo.

**Figura 1.** Localização do povo Ticuna no estado do Amazonas



**Fonte:** A autora (2024).

Pesquisas de Justamand (2017) e Matarezio Filho (2022) demonstram ser um povo indígena com maior número de população no estado do Amazonas, sendo conhecidos como o povo pescador,

povo *Magüta* da terra sagrada *Eware*.

As pesquisas de Nimuendajú (1982), Oliveira (1977) e Oliveira (1996), que relatam a história de origem do povo Ticuna, trazem aspectos relevantes e mostram a veracidade de como esse povo teve início. Entretanto, a escolha deste estudo foi a narrativa contada por *Tchiã'tchina*<sup>1</sup> e transcrita por Felipe Ticuna (2021):

“*Ngu'tapa* era um ser *Üüne'*, ou seja, um ser encantado, imortal. *Ngu'tapa* se preocupava em espalhar seu povo pela terra, mas o mundo escureceu, o incesto estava sendo praticado, onde irmã com irmão se casavam, por isso seu povo estava desaparecendo. *Ngu'tapa* tinha uma esposa chamada de *Mapana*, cresceram juntos, ela também é encantada e imortal. *Mapana* e *Ngu'tapa* não tinham filhos, ele questionava *Mapana* por não conseguir dar um filho a ele, já que estavam juntos há muito tempo.

Um dia *Ngu'tapa* ficou magoado com *Mapana* e resolveu castigá-la. Os motivos do castigo foram por ela não ter limpado a roça direito e por não conseguir engravidar dele. Ele usou a envira para amarrar as mãos e as pernas, uma em cada tronco de uma árvore. Ele foi embora caçar e a deixou sofrendo para que morresse. *Mapana* ficou se lamentando. Um pássaro chamado de cançã a ouviu e logo se transformou em uma senhora e soltou *Mapana*. Com a ajuda de cançã, resolveu se vingar de *Ngu'tapa*, jogando a casa de caba em seus joelhos. *Ngu'tapa* adoeceu, seu joelho ficou grande, nada podia ser feito a não ser amenizar a dor. Do joelho de *Ngu'tapa* nasceram os nossos quatro heróis, *Yo'i*, *Ipi*, *Mowatcha* e *Aicüna*. Nasceram com os saberes Culturais”.

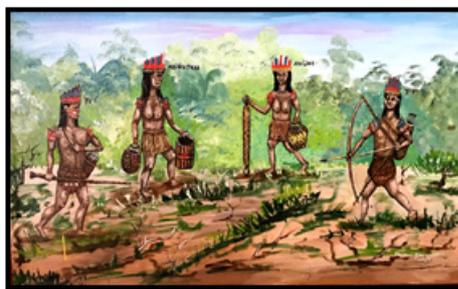
Vejamos a narrativa nas Figuras 02 e 03.

**Figura 02.** *Ngu'tapa* na rede de tucum, com seus filhos no joelho



**Fonte:** Museu Magüta, pintura feita por Dhiani Pa'saro 2007.

**Figura 03.** Filhos de *Ngu'tapa*, *Yo'i*, *Mowatcha*, *Aicüna* e *Ipi*



Esses são os guerreiros ancestrais do Povo Ticuna, a partir deles aprende-se a construir artesanatos, que fazem parte da tradição cultural, do sustento e sobrevivência, porém os meios de ensinamentos vão além disso, aprende-se com eles o cuidado com o próximo, a saúde, o corpo, a mente e de como se proteger de toda maldade do homem.

A partir da narrativa em que nascem os heróis, é que os mais velhos contam outras histórias que dão sentido à origem do povo Ticuna e à organização cultural, por exemplo, “A samaumeira que escurecia o mundo”, “A moça do Umari” e “O jenipapo e a origem das pessoas”, histórias estas encontradas no “Livro das Árvores” (Gruber, 1997), livro que foi construído pelos professores e lideranças Ticunas da Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngue (OGPTB).

O povo *Magüta*, que significa “povo pescado”, é o nome de origem do povo Ticuna. Para entendermos, destacamos as narrativas “Moça do Umari” e “O jenipapo e a origem das pessoas” que retrata o conflito entre os irmãos *Yo'i* e *Ipi*, pois a moça do Umari, que se chama *Tetchi arü Ngu'i*, era mulher de *Yo'i*, mas ficou gestante de *Ipi*, então *Yo'i* não gostou, ficou com raiva e resolveu castigar o irmão.

Assim que a criança nasceu, a pedido do seu irmão, *Ipi* foi apanhar a fruta de jenipapo para pintar a criança. Em seguida ralou a fruta sem parar e acabou ralando o seu próprio corpo. *Tetchi arü Ngu' i* pegou o sumo do jenipapo e pintou o seu filho, depois jogou a borra no igarapé Éware.

<sup>1</sup> Seu nome em português é Páscoa Antônio Marcos e, na língua Ticuna, é *Tchiã'tchina*, ela pertence ao clã de Mutum. A anciã é moradora da Terra Indígena Me'cürane. Essa história é a versão contada por ela, que foi gravada na língua materna *Magüta* e traduzida para o português por Lury da Costa Felipe.

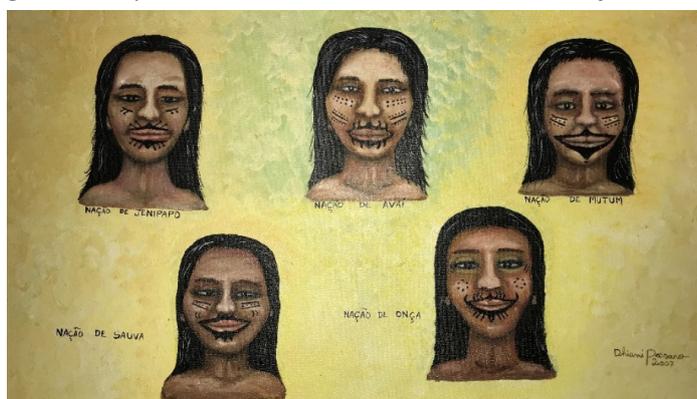
A borra jogada ao rio se transformou em pequenos peixes. Ao ver a piracema passar, *Yo'i* foi pescar usando como isca o caroço de tucumã maduro. Fingou os peixes, mas eles viraram animais como queixada, anta, veado, caititu, entre outros.

*Yo'i* passou a usar a macaxeira como isca. Os peixes pescados se transformaram em gente. Ele continuou pescando na tentativa de fisgar seu irmão *Ipi*. Sem sucesso, decidiu passar o caniço para *Tetchi arü Ngu'i*, que conseguiu pescar *Ipi*. Logo, *Ipi* pegou o caniço e começou a pescar.

Os peixes que *Ipi* pescou transformaram-se em peruanos e outras nacionalidades. Estes seguiram *Ipi* para onde o sol se põe. Já as pessoas pescadas por *Yo'i*, que originam os Ticunas e outros povos como os brancos e negros, o seguiram para onde o sol nasce. Vejamos que *Ipi* morre e ressurge.”

O jenipapo é o símbolo primordial nessa narrativa, além de narrar a razão pelo qual o povo Ticuna é um povo pescado. Após a separação, aconteceu a divisão de clãs realizada com grafismos por meio do sumo do jenipapo, como na Figura 04.

**Figura 04.** As pinturas nos rostos de acordo com cada nação ou clã dos Ticunas



**Fonte:** Museu Magüta, pintura feita por Dhiani Pa'saro 2007, (2019).

Na Figura 04, têm-se algumas nações ou clãs Ticunas, essa divisão foi definida por *Yo'i* e *Ipi* em dois grupos como os “sem pena”, que agrega mamíferos, plantas, insetos, ou seja, não aves, e outro grupo “com pena”, que agrega as aves como as araras vermelha e canidé, japó, mutum, dentre outras aves.

Neste texto usam-se as denominações de grupos “sem penas e com penas”, porque é essa a tradução que faz sentido quando se chama na língua materna de *Ngetchi'igü'ü* e *Ätchi'igü'ü*. Em outros trabalhos e pesquisas sobre o povo Ticuna, o leitor pode se deparar com os as denominações de “metade plantas e metade aves”.

A organização social do povo pescado por meio de nações não está ligada só à sua identidade, mas como regras matrimoniais, evitando o incesto clânico. Por exemplo, o clã de Arara não pode se casar com o clã de *Japó*, pois fazem parte de um mesmo grupo “com penas”. O matrimônio é aceito quando um clã de Arara se casa com um clã de Onça. O clã de Onça faz parte do grupo “sem penas” e o de Arara, “com penas”, grupos opostos.

O povo Ticuna é constituído por uma sociedade patrilinear, ou seja, o pertencimento de um clã é passado de pai para filho, enquanto a escolha do nome da criança dá-se pela qualidade do seu clã. Por exemplo, pertencço ao clã Avaí – *Aru* (grupo sem pena), logo, meu nome escolhido foi *Megare'ena*, que significa sons brilhantes. Das sementes secas da árvore de Seringa se faz um tipo de chocalho, usado em rituais e festas do povo Ticuna.

Antes da colonização, cada nação tinha a sua maloca, e cada maloca era composta por apenas duas autoridades, *To'ü* e *Yuücü*. O *To'ü* tinha a função de chefe de guerra, comandava as batalhas, além disso, o *To'ü* protegia e defendia o seu povo dos demais inimigos, estes que se configuravam não só aos inimigos das etnias Kambebas e Mayrunas, mas de determinado grupo clânico da sua mesma etnia. *To'ü* não realizava as atividades de roça e pesca, sua força e poder eram exclusivos ao que lhe era destinado.

O *Yuücü* era um feiticeiro, em um grupo clânico poderia se deparar com mais de um *Yuücü*. Sua função era mais restrita e pessoal, eles não se dedicavam ao seu grupo com mesma intensidade

que *To'ú*, mas de qualquer modo participavam dos conflitos e guerra. Eles podiam enviar e afastar doenças para outros grupos.

Quando os brancos invadiram os territórios do povo Ticuna por interesse próprio, realizando a exploração em seringais e praticando sua religião, aos poucos as tradições do povo Ticuna no contexto político foram deixadas de ser praticadas.

Atualmente, a organização política dos Ticunas deriva do processo histórico de colonização. As lideranças Indígenas são definidas por Cacique, que é a liderança maior, sua voz e poder é único, ele lidera, protege, cuida do seu povo na Terra Indígena. O Vice Cacique acompanha o Cacique e, na sua ausência, assume a posição dele. O Capitão tem a função de tornar a Terra Indígena mais segura, mantendo o povo Ticuna longe de drogas, bebidas e de conflitos entre eles. O Capitão é como se fosse um delegado. O Pajé, que tem contato com os espíritos, cuida da natureza, ele faz o bem e o mal. O mal quando precisa proteger os parentes, a aldeia, assim em um conflito, além dos artefatos para batalhas, os pajés, por meio dos rituais, fazem com que apareça doenças, ou que falte comida, é usado como um guerreiro e sua arma se dá pela força nos rituais e contato com os espíritos. Da mesma forma, protege os parentes do mal que possa acontecer.

Os mais velhos são lideranças porque possuem um conhecimento a mais que todos da aldeia, já vivenciaram e lutaram pelo povo, ensinam vários Ticunas sobre saberes e culturas. Continuam ensinando e fortalecendo a identidade deles para que esta se mantenha.

A mulher, por sua vez, assume o papel de cuidar dos filhos, dos cultivos e colheitas, além de produzir artesanatos. Porém, as mulheres vêm assumindo o papel importante fora desse modelo, elas estão na educação como professoras, na saúde como enfermeiras, acolhendo e cuidando dos pequenos e adultos. Estão inseridas na política como vereadoras, lutando pelos direitos e anseios do povo Ticuna. Em todos esses aspectos, a mulher indígena acaba assumindo um papel de liderança, pois ela fala, responde, defende e representa um povo, a etnia Ticuna.

## Formação inicial dos professores indígenas Ticuna em Santo Antônio do Içá, AM

Santo Antônio do Içá fica a 880,9 quilômetros da capital do Amazonas. Sua distância da capital Manaus influencia no atendimento às políticas da educação escolar indígena, com menos acompanhamento, fiscalização, demora nas construções escolares e também na prática de formação para os professores indígenas pelo governo do estado.

O município tem uma população de 28.211 habitantes, sendo 18.882 indígenas, correspondendo a 66,93% (IBGE, 2022), uma porcentagem significativa que representa o multiculturalismo no Alto Solimões e leva a se refletir sobre de que maneira as políticas indígenas estão sendo desenvolvidas no município, tanto nas esferas de saúde como na educação.

Segundo Souza (2019), o município abrange 17 terras indígenas localizadas às margens dos rios Solimões e Içá. O Quadro 01 a seguir apresenta as seguintes terras indígenas e suas respectivas etnias.

**Quadro 01.** Rios Solimões e Içá, terras indígenas e suas etnias

RIO SOLIMÕES		
QUANT.	T. INDÍGENA	ETNIA
01	Patιά	Ticuna
RIO IÇÁ		
01	Vila de Betânia- <i>Me'cürane</i>	Ticuna
02	Japacuí	Ticuna
03	Porto Limoeiro	Ticuna
04	Novo Girassol	Ticuna
05	Vista Alegre	Ticuna
06	Boa vista	Ticuna
07	Novo dia Matintin	Ticuna
08	Amaturazinho	Ticuna
09	Santa Vitória	Kokama
10	São João da Liberdade	Kokama
11	Moinho	Kokama
12	Itú	Kokama

13	Mamoriá I	Kokama
14	Mamoriá II	Kokama
15	São Lázaro	Kokama
16	São José	Kokama

**Fonte:** Quadro elaborado a partir de informações de Souza (2019).

Vale se ressaltar que, além das etnias Ticuna e Kokama presentes no município, há também os povos Kaixana, Kanamari e Barés. Por serem grupos pequenos, passam a residir nas terras indígenas vizinhas: Ticuna ou Kokama (SOUZA, 2019).

Pesquisas de Corrêa (2001), Bendazzolli (2011) e Paes (2023) afirmam que, desde os anos de 1990, o caminho percorrido pelos professores Ticunas na busca de formação tem sido por meio de programas como o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), o Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND), o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), por meio das instituições públicas como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Outra forma para a formação inicial dos professores indígenas Ticuna foram o Projeto Pirayawara, criado pelo estado do Amazonas, e as primeiras organizações criadas pelo movimento indígena – a Organização Geral de Professores Ticunas Bilíngues (OGPTB) e a Organização de Professores Indígenas Mura (OPIM) –, com o objetivo de garantir a educação e a formação inicial de professores indígenas.

Durante a atuação da segunda autora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEDC), foi perceptível que, passados mais de 20 anos desde os programas, projetos e organizações com vistas à formação inicial de professores indígenas Ticunas, Santo Antônio do Içá ainda carece de professores formados. A realidade mostra que a grande maioria assume as salas de aulas, entretanto, não possuem a formação inicial para a docência. A grande dificuldade para que se efetive a formação de professores indígenas se refere ao recurso financeiro. Por ser um município distante da capital e de outros grandes centros, são muito poucos os indígenas que conseguem se manter no estudo, isso com a ajuda de bolsas que custeiam a sua permanência nas universidades.

Por outro lado, quando há algum projeto no próprio município para a oferta de formação de professores indígenas, existem relatos de indígenas que mencionam que os cursos ocorrem de forma esporádica, até que chega um momento que se encerra o projeto, e isso ocorre por falta de recursos e apoio do próprio município. Dessa forma, tem sido uma luta para que seja concluída a formação e se aumente o número de professores Ticunas em Santo Antônio do Içá.

O reconhecimento da escola indígena específica, diferenciada e bilíngue pelas legislações vigentes, faz com que se tenha à sua frente professores indígenas, preferencialmente, falantes da língua materna (Brasil, 2002), diante disso verifica-se a necessidade de que os indígenas Ticunas possam participar da formação inicial, uma vez que o Art. 6º da Resolução 1/2015 garante que “Os sistemas de ensino devem garantir aos professores indígenas a formação inicial em serviço e, quando for o caso, a formação inicial e continuada concomitante com a sua escolarização” (Brasil, 2015).

O Povo Ticuna de Santo Antônio do Içá são todos falantes da língua Ticuna, são poucos os que falam bem a língua portuguesa e há alguns que mesmo com dificuldade tentam falar em português, isso demonstra a urgente necessidade de formação de professores indígenas Ticuna, tanto para o processo de alfabetização (Menezes, 2023) que envolve o ensino da escrita da língua materna com metodologias próprias e materiais didáticos específicos, quanto para outros ensinamentos e para as relações entre a sociedade envolvente e a sociedade indígena. Professores indígenas são interlocutores [...] privilegiados “entre mundos”, ou entre muitas culturas, tendo de acessar e compreender conceitos, ideias, categorias que não são apenas de sua própria formação cultural” (Brasil, 2002, p. 21), dessa forma, não basta assumir o papel de professor indígena na escola indígena, é preciso ter formação inicial para assumir o papel de professor indígena.

**Figura 2.** Professores Ticuna no curso de magistério indígena da OGPTB (Amazonas)



**Fonte:** Referenciais para a formação de professores indígenas, 2002, p. 22.

**Foto:** Jussara Gruber

Atualmente há 1.892 alunos Ticunas em Santo Antônio do Içá, distribuídos nas etapas da educação infantil, ensino fundamental I, II, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial (Dados fornecidos pela SEMEDC, 2023). Essas crianças, jovens e adultos são falantes da língua Ticuna e possui a língua portuguesa como segunda língua. Para atenderem a esse quantitativo de alunos, as escolas indígenas contam com 417 professores, destes, 24 são não indígenas e 393 são indígenas. Esses dados mostram um aumento de professores indígenas nas escolas indígenas, quando comparado com a pesquisa de Souza (2019), em 2018, que apontou existirem 90 professores atuando nas escolas indígenas, destes, 73 eram professores indígenas e 17, professores não indígenas. Entretanto, tanto em 2018 quanto em 2023, a minoria possui formação inicial para a docência, a exemplo de 2023, em que, do total de 393 professores indígenas, somente 38 possuem a formação inicial, conforme demonstra o quadro abaixo.

**Quadro 2.** Número de professores em escolas Ticunas

Professores não indígenas	Professores Ticunas	Professores indígenas formados	Professores indígenas em processo de formação
24	393	38	43

**Fonte:** SEMEDC, Coordenação de Educação Escolar Indígena, 2023.

Analisando-se as informações do Quadro 2, a primeira questão mostra que ainda há presença de professores não indígenas nas escolas indígenas de Santo Antônio do Içá. Entretanto, esse número é menor quando se analisa o total de professores indígenas presentes nas escolas indígenas. Essa é uma das lutas dos professores Ticunas para que haja mais presença de professores indígenas nas escolas indígenas a fim de colaborarem no fortalecimento dos saberes, cultura e língua materna.

A segunda questão leva a se questionar e refletir sobre esse número de professores indígenas que aumentou. Embora seja um aspecto positivo, o que facilita no diálogo entre os parentes, destaca-se que a grande maioria possui somente o ensino médio, e nem sempre é o magistério, e ocupa as vagas de docentes por promessas de políticos durante as campanhas eleitorais. Isso quer dizer que o voto do indígena, nessa região, é decisivo para se eleger prefeito e vereadores, logo, se tem a promessa de, em troca, ser professor na escola indígena, independentemente de ter ou não a formação para docência.

Com base nos estudos de Silva (2016), esse tipo de sistema ocorre em grande parte dos municípios do Alto Solimões, e os professores indígenas se “acomodam” pois há a “garantia” do emprego pela troca de voto, mesmo que seja com baixo salário e condições precárias. Essa questão é compreendida pela situação de vulnerabilidade que os povos indígenas enfrentam até os dias atuais, porém abre uma brecha para que os governantes não efetivem as políticas necessárias para a formação inicial dos professores indígenas para a melhoria da prática pedagógica e na garantia de

uma educação escolar indígena específica, diferenciada e bilíngue.

Partindo-se para a terceira questão, que faz relação com a segunda, evidencia-se o quantitativo de 268 professores Ticunas que estão distribuídos em 14 escolas indígenas Ticunas do município de Santo Antônio do Içá. Porém, desses 268, apenas 38 têm o nível superior, o que denota um número muito baixo de professores formados e a grande maioria, 230 professores indígenas, sem a formação inicial em nível superior. Esse foi o quadro dos professores indígenas em exercício no ano de 2023.

A quarta questão remete aos 43 professores indígenas Ticunas em processo de formação, o que vai somar ao quadro de professores formados e mostrar possibilidades para que outros possam ingressar no ensino superior, contribuindo, assim, no fortalecimento da educação escolar indígena Ticuna, somando com as lideranças de cada Terra Indígena, com a luta e construção de políticas para atenderem às suas demandas.

### Considerações finais

A formação inicial de professores indígenas Ticuna é um tema importante e que merece atenção por parte dos governantes, há inúmeras situações que merecem ser refletidas, problemas que corroboram com a não efetivação na totalidade da formação inicial dos professores indígenas para o exercício da docência nas escolas indígenas Ticuna.

Com esse texto foi possível verificar que a partir dos anos de 1990 com a criação da categoria “escola indígena” houve uma procura maior dos indígenas em busca de formação inicial para assumir a docência nas escolas indígenas. Embora, ainda seja incipiente, é considerada significativa por ser algo recente na história da educação brasileira.

Na realidade das escolas indígenas Ticuna em Santo Antônio do Içá, Amazonas, prevalece a presença dos indígenas na função de professores, estes possuem os saberes tradicionais e conhecem seu povo, entretanto, a grande maioria, ainda, não possui a formação inicial para a docência. Dessa forma, há um grande caminho a percorrer para que os professores que estão atuando recebam a formação inicial, em cumprimento a Resolução n. 1/2015-CNE, para ter melhor preparação para elaboração de planos de aulas, materiais didáticos bilíngues e melhores salários, visando uma escola indígena específica, diferenciada, bilíngue e intercultural que seja de qualidade àqueles que dela participam.

Os dados mostram que a grande maioria dos professores Ticunas não possuem a graduação, isso ocorre pela dificuldade de recursos financeiros para se manterem nos cursos e pelo fato da troca que o governo municipal faz de forma persuasiva com os indígenas fazendo com que assumam a função sem a devida formação. Essa questão remete à urgência em investimentos, tanto financeiros quanto pedagógicos, na formação inicial de professores indígenas Ticunas.

O município de Santo Antônio do Içá apresenta grande demanda de formação de professores indígenas para atuarem nas escolas indígenas, são 230 professores nas escolas indígenas, sem formação, o que denota a necessidade da ampliação para a formação de professores indígenas que contemple a cultura, a valorização da língua materna nos processos de ensino e aprendizagem, a produção de material didático bilíngue, o desenvolvimento de práticas pedagógicas a fim de garantir a função da escola indígena específica e com qualidade, tema que requer maior aprofundamento.

### Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 23ª. Ed. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena. **Em aberto**, Brasília, v. 14, n. 63, p. 175-187, jul./dez. 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº 14 de setembro de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em:

< [Microsoft Word - Leis.doc](#)>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC, SEF, 2002.

BRASIL. **Resolução nº 1 de 7 de janeiro de 2015**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <[Resoluções CP 2015 - Ministério da Educação](#)>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BENDEZZOLI, Sirlene. **Políticas públicas de educação escolar indígena e a formação de professores Ticunas no Alto Solimões/AM**. 2011. 437 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CORRÊA, Roseli de Alvarenga. **A educação matemática na formação de professores indígenas: os professores Ticuna do Alto Solimões**. 2001. 410 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FELIPE, Lury da Costa. **Aqui nós, magütagü, nascemos e (re)existimos**: aspecto histórico das invasões no Alto Rio Solimões, Amazonas. 2021. 175 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GRUBER, Jussara Gomes (Org.). **O livro das árvores**. Benjamim Constant: Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingües, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama censo 2022 população indígena**. IBGE, 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

JUSTAMAND, Michel. O exemplo Ticuna na tríplice fronteira: Brasil, Colômbia e Peru. **Somanlu**, Manaus, AM, ano 17, n. 1, jan./jun. p. 119-143, 2017. Disponível em: <[O EXEMPLO TICUNA NA TRÍPLICE FRONTEIRA: BRASIL, COLÔMBIA E PERU | Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos](#)>. Acesso em: 04 dez. 2023.

MATAREZIO FILHO, Edson Tosta. "Não dá mais só para cantar". **Rev. Antropologia**, São Paulo, SP, v. 65 n. 2, p. 1-24, 2022. Disponível em: <[SciELO Brasil - "Não dá mais só para cantar" "Não dá mais só para cantar"](#)>. Acesso em: 04 dez. 2023.

MENEZES, Maria Christine Berdusco. Processos de alfabetização e letramento com crianças Kaingang: repensando as práticas escolares. **Revista Poiésis**, Tubarão, SC, v. 17, n. 32, p. 244, 264, 2023. Disponível em: <[PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COM CRIANÇAS KAINGANG: REPENSANDO AS PRÁTICAS ESCOLARES | Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação](#)>. Acesso em 10 jan. 2025.

MENEZES, Maria Christine Berdusco; FAUSTINO, Rosangela Celia; NOVAK, Maria Simone Jacomini. Formação inicial de professores indígenas: ações desenvolvidas no estado do Paraná. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, SP, v. 16, n. esp. 1, p. 910-925, 2021. Disponível em: <[Formação inicial de professores indígenas: ações desenvolvidas no estado do Paraná | Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação](#)>. Acesso em 22 nov. 2023.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Textos indigenistas**: relatórios, monografias, cartas. São Paulo: Ed. Loyola, 1982.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **As facções e a ordem política em uma reserva Tukuna**. 1977. 303 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos**. 4.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projeto de pesquisas, TGI, TCC, monografia, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PAES, Luciane Rocha. **Formação intercultural do professor indígena no Amazonas**: um olhar decolonial sobre o projeto Pirayawara. 2023. 269 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

SESAI. Secretaria de saúde indígena. **Ministério da Saúde: atendimento à população Indígena**. Brasília: SESA, 2023. Disponível em: <[https://infoms.saude.gov.br/extensions/atendimentos\\_sesai\\_23/atendimentos\\_sesai\\_23.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/atendimentos_sesai_23/atendimentos_sesai_23.html)>. Acesso em: 2 dez. 2024.

SILVA, Antônia Rodrigues da. **Concepções e práticas de educação escolar indígena**: institucionalidade, estado da arte e escolarização dos Tikuna no Alto Solimões, AM. 270 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SOUZA, Neidemara Araújo de. **A educação básica**: formação e profissionalização dos professores indígenas de Santo Antônio do Içá, AM. 2019. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia)-Universidade Federal do Amazonas, Benjamim Constant, 2019.

Recebido em 10 de novembro 2024

Aceito em 30 de janeiro de 2025